

## (Inter)subjativização no domínio da modalidade: o processo de gramaticalização das construções modais *ter que + V2* e *dever + V2*

Patrícia Fabiane Amaral da CUNHA LACERDA<sup>93</sup>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a gramaticalização das construções modais *ter que + V2* e *dever + V2*, buscando determinar em que medida revelariam um processo de expansão semântico-pragmática no qual se observa a instanciamento de significados epistêmicos a partir de uma significação primariamente deontica. Assumimos aqui a gramaticalização enquanto processo de (inter)subjativização, já que defendemos um modelo de mudança que nos explique como os interlocutores interagem, construindo seus argumentos e demonstrando sua avaliação acerca das proposições que produzem (TRAUGOTT, 1995, 2010; TRAUGOTT E DASHER, 2005). Também adotamos a perspectiva da “gramaticalização de construções” (TRAUGOTT, 2003, 2009), uma vez que partimos do princípio de que a gramaticalização envolveria a mudança construção > gramática. E, considerando que a análise da frequência de uso é um subsídio importante para atestar processos de gramaticalização (VITRAL, 2006; BYBEE, 2003), realizamos uma pesquisa pancrônica, que considerou a distribuição das construções analisadas desde o século XIII até o português contemporâneo. Como pudemos comprovar em relação à construção *ter que + V2*, houve o desenvolvimento de usos mais subjetivos e epistêmicos a partir de um uso menos subjetivo. Já no processo de mudança da construção *dever + V2*, chegou-se também a um uso [+ intersubjetivo].

PALAVRAS-CHAVE: Gramaticalização; (Inter)subjativização; Gramaticalização de construções; Modalização.

### Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a gramaticalização das construções modais *ter que + V2* e *dever + V2* na língua portuguesa, procurando delimitar em que medida revelariam um processo de expansão semântico-pragmática no qual se observa a instanciamento de significados epistêmicos a partir de uma significação primariamente deontica, caracterizada pela noção de obrigatoriedade.

Assumimos aqui a gramaticalização enquanto processo de (inter)subjativização, já que defendemos um modelo de mudança que nos explique como os interlocutores interagem, construindo seus argumentos e demonstrando sua avaliação acerca das proposições que produzem (TRAUGOTT, 1995, 2010; TRAUGOTT E DASHER, 2005). Também adotamos a perspectiva da “gramaticalização de construções” (TRAUGOTT, 2003, 2009), uma vez que partimos do princípio de que a gramaticalização envolveria a mudança construção > gramática. Portanto, consideramos que é a construção inteira – e não apenas o significado lexical de um item – que é precursor do sentido gramatical. No caso das construções analisadas, trabalhamos com a hipótese de que os significados modais, que inicialmente estariam relacionados a um valor deontico, caminhariam em uma direção crescente de orientação para os falantes.

Considerando que a análise da frequência de uso é um subsídio importante para atestar processos de gramaticalização (VITRAL, 2006; BYBEE, 2003), realizamos uma pesquisa pancrônica, que considerou a distribuição das construções analisadas desde o século XIII até o português contemporâneo. Os dados sincrônicos foram coletados em dois *corpora*, a saber: o *corpus* do projeto “Mineirês: a construção de um dialeto”, constituído pela Profa. Jânia Martins Ramos, na Universidade Federal de Minas Gerais, e o *corpus* do projeto “PEUL - Programa de Estudos sobre o Uso da Língua”. Já os dados diacrônicos foram retirados do *corpus* do projeto “CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval” e do “Corpus Histórico do Português Tycho Brahe”.

<sup>93</sup> UFJF/Faculdade de Letras. Professora do Programa de Pós-graduação em Linguística. Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. CEP: 36036-900. patriciacunhajf@ig.com.br

Conforme demonstraremos, a análise da frequência permite estabelecer quais são os diferentes usos das construções modais *ter que + V2* e *dever + V2* e delimitar pontualmente de que maneira o *cline*<sup>94</sup> de mudança [deôntico] > [epistêmico] seria instanciado. A partir da realização de uma pesquisa pancrônica, que considerou a distribuição das construções modais *ter que + V2* e *dever + V2* desde o século XIII até o português contemporâneo, buscamos comprovar, então, que seus diferentes usos revelariam o *cline* de gramaticalização [- subjetivo] > [+ subjetivo].

A fim de cumprir os objetivos apontados acima, primeiramente discutiremos o aporte teórico que fundamenta este trabalho. Posteriormente, trataremos pontualmente da noção de modalização, procurando estabelecer em que consistem a modalização deôntica e a modalização epistêmica. Em um terceiro momento, discutiremos os métodos e os procedimentos que subsidiaram a análise dos dados e promoveremos a descrição dos *corpora* sincrônicos e diacrônicos que foram levantados nesta pesquisa. Por fim, nos deteremos na análise dos dados a fim de comprovar de que maneira se observa, nas construções modais *ter que+V2* e *dever+V2*, a instanciação de significados epistêmicos a partir de uma significação primariamente deôntica, caracterizada pela noção de obrigatoriedade.

### **Gramaticalização: algumas discussões acerca do enquadramento teórico adotado**

A noção de gramaticalização foi formalmente estabelecida a partir do trabalho fundador de Meillet (1912), o qual estabelece que a mudança se daria a partir do *cline* [lexical] > [gramatical], já que haveria a passagem de uma palavra autônoma para um elemento com conteúdo gramatical. A partir do trabalho de Heine et al. (1991), a gramaticalização passou a ser concebida também como sendo a mudança em que um item gramatical poderia se tornar ainda mais [+ gramatical] ao longo do tempo. A partir dessa perspectiva centrada na forma – e não no uso –, foram estabelecidas várias propostas de *cline* que se preocupam primordialmente em compreender de que maneira os itens linguísticos passariam por processos de mudança. Um dos *clines* de unidirecionalidade mais clássicos é o proposto por Hopper e Traugott (1993, p. 7): item lexical > item gramatical > clítico > afixo.

Por outro lado, adotando uma perspectiva nitidamente centrada no uso, Traugott (1995) propõe que a gramaticalização seja concebida como um processo de subjetivização, segundo o qual ocorreriam processos de mudança semântico-pragmáticos através dos quais os significados se tornariam cada vez mais baseados nas crenças e atitudes dos falantes acerca da proposição. A autora considera que a subjetivização seria um processo gradiente a partir do qual as construções – que primeiro expressam significados concretos/lexicais/objetivos – passariam, a partir da reiteração de seu padrão de uso, a indicar funções abstratas/pragmáticas/interpessoais baseadas na crença dos falantes. Sob essa perspectiva, a gramaticalização poderia ser compreendida como um processo de “reanálise pragmática” (TRAUGOTT, 1995, p. 36). Ainda segundo a autora, a subjetivização estaria presente, até mesmo, em estágios iniciais do processo de gramaticalização e seria decorrente da necessidade que têm os falantes de expor sua perspectiva acerca do que é dito.

Em trabalhos posteriores, Traugott e Dasher (2005) e Traugott (2010) assumem que, além da subjetivização, a gramaticalização também pode se estabelecer a partir de um processo de intersubjetivização. Segundo essa perspectiva, os significados seriam codificados

---

<sup>94</sup> Como destacam Hopper & Traugott (1993, p. 6-7), no processo de gramaticalização, as formas não mudam abruptamente de uma categoria para outra. Na verdade, o processo se realizaria em série (em camadas) e gradualmente. Os *clines* seriam, portanto, as *camadas* que marcam o processo de gramaticalização, indicando suas transições.

pelo falante de acordo com a imagem ou *self* do interlocutor. Portanto, a intersubjetivização, que é – por sua própria natureza, interpessoal – envolve a atenção do locutor em relação ao interlocutor, considerando-o um participante do evento de fala. Vemos, portanto, que a gramaticalização compreendida como um processo de intersubjetivização envolve a noção de face<sup>95</sup>, uma vez que o falante, ao construir os enunciados em sua elocução, acabaria por proteger a sua “imagem social” e a dos interlocutores durante o evento de fala, evitando que algo possa ser tomado como invasivo ou comprometedor. Considerando que a gramaticalização pode se estabelecer a partir de um processo de (inter)subjetivização, Traugott (2010) propõe o seguinte *cline* de mudança linguística: [- subjetivo] > [+ subjetivo] > [intersubjetivo].

Neste trabalho, também nos pautamos na perspectiva da “gramaticalização de construções”, tal como defendida por Traugott (2003, 2009). A autora, nesse sentido, assume uma interface com a gramática das construções (CROFT, 2001; CROFT & CRUISE, 2004; GOLDBERG, 1995, 2006), destacando, entretanto, que, enquanto a gramaticalização tem sido estudada primordialmente do ponto de vista diacrônico, a gramática das construções tem se dedicado fundamentalmente a pesquisas de caráter sincrônico. Com base na interface com a gramática das construções, Traugott (2003, 2009) considera que a unidade básica de análise é a construção, formada pelo par forma/sentido. Além disso, ao se basear no “princípio da fraca composicionalidade”, parte do princípio de o que significado de uma construção não pode ser apreendido pela soma de suas partes individualmente. Portanto, a “gramaticalização de construções” compreenderia “a mudança pela qual, em certos contextos linguísticos, os falantes usam (partes de) uma construção com uma função gramatical ou designam uma nova função gramatical para uma construção gramatical já existente” (TRAUGOTT, 2009, p. 91). Ainda segundo a autora, a perspectiva da “gramaticalização de construções” pode trazer as seguintes contribuições: a) mudança entendida como um processo dinâmico, uma vez que a emergência de novos padrões construcionais se dá através do tempo e dos falantes, ou seja, o uso reiterado de padrões construcionais levaria à sua gramaticalização); b) alinhamento entre padrões de uso e padrões gramaticais via significado → forma; c) incorporação das micro-construções em uma rede, o que levaria a pensar em redes construcionais estabelecidas a partir de processos de gramaticalização integrados e interligados (TRAUGOTT, 2009, p. 99).

Com base no aporte teórico discutido acima, consideramos que, nas construções modais *ter que* + V2 e *dever* + V2, os significados modais, que inicialmente estariam relacionados a um valor deôntico, caminhariam em uma direção crescente de orientação para os falantes, passando a expressar sentidos relacionados a um valor epistêmico. E, nesse processo de mudança, estaria envolvido o *cline* de gramaticalização [- subjetivo] > [+ subjetivo] > [intersubjetivo].

### **A modalização epistêmica e a noção de (inter)subjetivização**

A argumentação e a persuasão são elementos que carregam, mesmo que implicitamente, a intencionalidade do indivíduo envolvido no processo de comunicação, sendo, por isso, importante destacar que o ato de argumentar representa a orientação planejada de um discurso, no sentido de conduzir a uma determinada conclusão, uma vez que “a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia” (KOCH, 1987, p. 19) Assim, podemos observar que

---

<sup>95</sup> O falante buscaria resguardar a imagem dos interlocutores, evitando aquilo que possa ser tomado como invasivo ou comprometedor. A essa imagem atribui-se o nome de face (GOFFMAN, 1970). O conceito de face foi caracterizado por Goffman (1970) de acordo com as necessidades e desejos de cada interactante de uma conversação. Para o autor, quando se entra em contato com o outro, tem-se a preocupação de preservar a auto-imagem pública que cada interlocutor possui.

as manifestações linguísticas são iniciativas que se baseiam na intenção de persuadir, uma vez que, por trás de todos os discursos, existe sempre uma intencionalidade determinada.

Nesse sentido, a modalização discursiva está relacionada diretamente a essa elaboração das ideias, constituindo um processo de seleção de recursos linguísticos a serem utilizados na construção de um texto oral ou escrito, a fim de que o mesmo transmita a ideologia de quem o elabora e, além disso, alcance o objetivo de persuadir o leitor ou ouvinte da referida mensagem. Esses pressupostos vão ao encontro do que afirma Koch (1987, p. 138):

“[...] consideram-se modalizadores todos os elementos linguísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso. Estes elementos caracterizam os tipos de atos de fala que deseja desempenhar, revelam maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso” (KOCH, 1987, p. 138).

Como destaca Neves (2000, p. 159-162), “necessidade” e “possibilidade” são as noções que se colocam tradicionalmente na subcategorização da modalização. E, sob essa perspectiva, a autora diferencia cinco diferentes tipos de modalidade, a saber:

- a) modalidade alética ou lógica, que está relacionada às condições de verdade que envolvem a proposição (ex.: A água pode ser encontrada em estado sólido, líquido ou gasoso);
- b) modalidade bulomaica ou volitiva, que diz respeito à necessidade ou à possibilidade relacionadas aos desejos do falante (ex.: Desta vez, o título deve ser nosso);
- c) modalidade disposicional ou habilitativa, que se refere à disposição, à habilitação ou à capacitação para que algo aconteça (ex.: A cirurgia foi realizada. O paciente, agora, pode andar);
- d) modalidade deôntica, que está relacionada à instanciação de obrigações e permissões (ex.: Você não deve viajar agora. Esta é a minha decisão!);
- e) modalidade epistêmica, que indica o julgamento do falante diante do mundo, tendo como característica o seu (des)comprometimento pessoal em relação à verdade da proposição (ex.: É provável que haja funcionários bem treinados no escalão inferior da gestão).

Segundo Finegan (1995), haveria uma relação estrita entre a noção de subjetividade e modalização epistêmica. A respeito dessa relação, o autor reforça que a modalização epistêmica seria talvez a ocorrência mais explorada na manifestação da subjetividade do falante. Quando falamos em modalidade epistêmica, estaríamos falando, portanto, da atitude do falante em relação ao que ele diz.

Portanto, como defendemos neste trabalho, a (inter)subjetivização na gramaticalização consistiria no desenvolvimento de expressão gramaticalmente identificável que indicaria as crenças dos falantes. A noção de (inter)subjetivização estaria, nesse sentido, intimamente relacionada à modalização epistêmica, uma vez que haveria a emergência de novos padrões construcionais – e sua consequente reiteração ao longo do tempo – a partir da perspectiva dos participantes em situações reais de uso da língua.

## **Métodos e procedimentos de análise**

Neste trabalho, assumimos a importância do levantamento da frequência de uso para atestar/elucidar processos de gramaticalização (cf. BYBEE, 2003; VITRAL, 2006).

Segundo Vitral (2006, p. 149), é necessário o “desenvolvimento de uma metodologia quantitativa específica que permita identificar processos de gramaticalização”. Para o autor, se o item em análise estiver passando por um processo de gramaticalização, a tendência é: a) que sua frequência de uso aumente; b) que a sua frequência quando em função gramatical aumente; c) que a sua frequência quando em função lexical diminua. É importante destacar aqui a postura formalista de Vitral (2006) em comparação à postura construcionista adotada por Bybee (2003). Mesmo com esse enfoque formalista, Vitral (2006) consegue chamar a atenção para o papel da frequência de uso nos estudos sobre gramaticalização.

Também de acordo com Bybee (2003), o aumento na frequência de uso seria um fator que contribui para atestar a ocorrência de processos de gramaticalização. Em suas postulações acerca do papel da frequência na gramaticalização, a autora adota uma perspectiva construcionista. Ao ir de encontro à visão tradicional, que é representada pelos *clines* [lexical] > [gramatical] e [gramatical] > [+ gramatical], Bybee (2003) defende que é uma construção com itens lexicais que se torna gramaticalizada, e não apenas itens lexicais ou gramaticais.

Ao considerar a preponderância da frequência na análise de processos de gramaticalização, a autora se baseia em Haiman (1994), para quem o processo de gramaticalização é concebido como um processo de ritualização baseado na repetição e constituído pelas seguintes fases: (i) a habituação, (ii) a automatização, (iii) a redução da forma e (iv) a emancipação. O primeiro aspecto resultaria da repetição e da redução do sentido que estaria relacionada a aspectos culturais, caracterizando, portanto, o desbotamento semântico<sup>96</sup>. Já o segundo aspecto, envolveria a reanálise<sup>97</sup> de uma sequência de unidades como sendo uma única unidade, isto é, cada unidade particular perderia seu sentido individual, caracterizando, portanto, a visão construcional baseada na teoria da fraca composicionalidade. Já a redução da forma ocorreria devido à repetição, e tal processo estaria relacionado à reanálise de uma sequência de unidades como sendo uma única unidade. E, finalmente, a emancipação envolveria o reconhecimento da gramaticalização, em que os itens envolvidos seriam considerados unidades construcionais.

Partindo das postulações de Haiman (1994) sobre ritualização, Bybee (2003, p.604) advoga que a repetição frequente desempenharia um papel crucial no processo de gramaticalização e conclui que: (a) a frequência de uso leva ao enfraquecimento da força semântica dos itens pela habituação; (b) as mudanças fonológicas de redução e fusão nas construções gramaticalizadas são condicionadas por sua alta frequência de uso; (c) o aumento da frequência leva à interpretação dos itens que coocorrem como uma unidade construcional, e não mais como itens isolados; (d) a perda da transparência semântica faz com que a construção gramaticalizada apresente uma expansão funcional, ocorrendo em novos contextos a partir de novas associações pragmáticas, o que, para a autora, advém da autonomia de construções em gramaticalização e da opacidade crescente de estruturas internas.

Neste trabalho, também assumimos a relevância do levantamento da frequência de uso no estudo dos processos de gramaticalização. É nossa intenção, portanto, comprovar que teria havido, ao longo do tempo, um aumento na frequência dos usos [+ (inter)subjetivos] das construções modais *ter que+V2* e *dever+V2*.

---

<sup>96</sup> Segundo Bybee (2003, p. 604-605), um dos mais evidentes processos de mudança semântica em gramaticalização é o *bleaching* ou generalização do sentido, já que ocorreria perda de traços específicos de significado. Tal fato implicaria a ampliação do contexto no qual uma dada construção pode ocorrer. Dessa forma, a autora percebe essa generalização como um *continuum*, uma vez que os itens gramaticalizados sempre se tornariam mais gerais e mais abstratos em relação ao seu significado, passando a atuar em novos contextos e tendo sua frequência consideravelmente aumentada.

<sup>97</sup> A reanálise se dá em um estágio mais avançado da gramaticalização. Se certas formas encontram-se em processo de gramaticalização, elas são passíveis de serem reanalisadas, podendo haver mudança de categoria, sem que, necessariamente, ocorra mudança de forma.

A fim de confirmar esse percurso de mudança, realizamos uma pesquisa pancrônica, que considerou o levantamento de dados tanto em *corpora* sincrônicos como em *corpora* diacrônicos. A fim de atestar os usos contemporâneos das construções modais *ter que + V2* e *dever + V2*, trabalhamos com dois *corpora* sincrônicos, a saber: a) o *corpus* do “Projeto Mineirês: a construção de um dialeto”, constituído pela Profa. Jânia Martins Ramos, na Universidade Federal de Minas Gerais<sup>98</sup>; b) o *corpus* do PEUL/RJ (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua)<sup>99</sup>. Como critério para a comparação entre esses dois *corpora*, baseamo-nos no mesmo gênero discursivo: entrevista. Desse modo, procuramos minimizar possíveis enviesamentos no levantamento da frequência. Ainda com a preocupação de manter a uniformidade no tratamento dos dados, foram analisadas 120.000 palavras em cada *corpus*. Já em relação à análise diacrônica, tomamos como base textos produzidos entre os séculos XIII e XIX, os quais se encontram publicados no CIPM – *Corpus* Informatizado do Português Medieval<sup>100</sup> – e no *corpus* eletrônico do projeto Tycho Brahe<sup>101</sup>. A fim de também manter uma uniformidade na análise dos dados, optamos por analisar 100.000 palavras em cada século. Apresentamos, no quadro a seguir, a distribuição dos *corpora* diacrônicos analisados:

Século analisado	Composição do <i>corpus</i> por século	Número de palavras analisado por <i>corpus</i> em cada século
Século XIII	- Notícia do Torto (1214) - Textos Notariais (entre 1243 e 1274) - Foros de Garvão (entre 1267 e 1280) - Foro Real (1280) - Dos Costumes de Santarém (1294)	100.000 palavras
Século XIV	- Crónica de Afonso X in Crónica Geral de Espanha de 1344 - Dos Costumes de Santarém (1340/1360) - Foros de Garvão (século XIV - sd) - Textos Notariais (entre 1304 e 1397)	100.000 palavras
Século XV	- Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela (século XV - sd) - Castelo Perigoso (século XV - sd) - Orto do Esposo (século XV - sd) - Crónica do Conde D. Pedro de Meneses (século XV - sd)	100.000 palavras
Século XVI	- Monarchia Lusitana (1584) - Da Monarquia Lusitana (1569) - Poesia e Pintura (1597) - Gazeta (1541) - A vida de Frei Bertolameu dos Mártires (1556)	100.000 palavras
Século XVII	- Nova Floresta (1644) - Cartas de Alexandre de Gusmão (1695) - Cartas de Antonio Vieira (1608) - Tácito Português (1608) - Cartas Familiares (1608)	100.000 palavras

<sup>98</sup> Disponível em <http://www.letas.ufmg.br/mineires/>.

<sup>99</sup> Disponível em <http://www.letas.ufrj.br/peul/>.

<sup>100</sup> O *Corpus* Informatizado do Português Medieval disponibiliza textos produzidos entre os séculos XII e XVI e pode ser acessado em <http://cipm.fcsh.unl.pt/>.

<sup>101</sup> O *Corpus* Histórico do Português Tycho Brahe é um *corpus* eletrônico anotado, composto de textos em português escritos por autores nascidos entre 1380 e 1845. Este *corpus* pode ser acessado eletronicamente em <http://www.tycho.iel.unicamp.br/t~tycho/>.

Século XVIII	- Cartas, Cavaleiro de Oliveira (1702) - Cartas de Garrett (1799) - Verdadeiro Método de Estudar (1713) - Cartas do Abade Antonio da Costa (1714) - Obras Completas de Correia Garção (1724)	100.000 palavras
Século XIX	- Cartas de Eça de Queirós e Oliveira Martins (1845) - Atas dos Brasileiros (1830) - Cartas a Emília (1836) - Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna (1802) - Maria Moisés (1826)	100.000 palavras

Quadro 1 – *Corpora* diacrônicos analisados por século

Tanto nos *corpora* sincrônicos como nos *corpora* diacrônicos, foi encontrado um número bastante significativo das construções modais *ter que+V2* e *dever+V2*. Como podemos observar na tabela abaixo, enquanto houve um aumento na frequência de uso da construção *dever+V2*, houve, por outro lado, um decréscimo na frequência de uso da construção *ter que+V2* ao longo do tempo.

	Construção <i>ter que + V2</i>		Construção <i>dever + V2</i>		Total
	N.º	%	N.º	%	
<i>Corpora</i> sincrônicos	380	89.62%	102	3.96%	482
<i>Corpora</i> diacrônicos	44	10.38%	2477	96.04%	2527
Total	424		2579		3003

Tabela 1 – Levantamento geral da frequência de uso das construções modais *ter que + V2* e *dever + V2* nos *corpora* analisados

Nas duas próximas seções, nos deteremos pontualmente na análise dos dados. Será nossa intenção identificar os diferentes usos de cada uma das construções modais aqui estudadas, levantando sua frequência de uso século a século. Procuraremos, portanto, evidenciar em que medida as construções *ter que+V2* e *dever + V2* teriam desenvolvido usos [+ (inter)subjativos] ao longo do tempo.

### A gramaticalização da construção modal *ter que + V2*

Em relação à construção modal *ter que + V2*, identificamos a existência de três diferentes usos nos *corpora* sincrônicos, os quais intitulamos de: a) marcador deôntico com obrigação instanciada por agente externo; b) marcador deôntico com obrigação instanciada pelo falante para si mesmo; c) marcador epistêmico de avaliação. A seguir, descreveremos e exemplificaremos cada um desses usos:

#### I - Marcador deôntico com obrigação instanciada por agente externo → uso [- subjetivo]

Neste caso, a construção *ter que + V2* apresentaria sentido deôntico, indicando uma obrigação instanciada por um agente externo. Através desse padrão construcional, o falante reportaria alguma norma e/ou regra que foi imposta para si ou para outrem em determinada situação. Como veremos, em comparação com os demais usos apresentados adiante, este uso teria um caráter [- subjetivo]. Vejamos dois exemplos de obrigação instanciada por agente externo:

- (1) Ficava no bar bebendo direto. Com isso, o tempo, a gente foi vendo que aquilo ali era uma bagunça, entendeu? E eu quis saí logo, o dono do edifício não deixou eu saí.  
E: Mas, por quê?  
F: Falou que eu tinha que pagá uma multa contratual de quase cinco mil reais [caramba!].  
Eu falei, como? Eu fui assaltada (Corpus do Grupo PEUL)

Em (1), o falante indica que o dono do edifício em que morava – que seria, nesse caso, o agente externo – teria estabelecido como obrigação o pagamento de uma multa contratual.

## II - Marcador deôntico com obrigação instanciada pelo falante para si mesmo → uso [+ subjetivo]

Este uso seria [+ subjetivo] em relação ao anterior: embora também tenhamos aqui presente a noção de obrigatoriedade, o próprio falante é o responsável por instanciar para si mesmo aquilo que considera importante. O exemplo (2) exemplifica esse uso:

- (2) E eu comecei a trabalhá e eu percebi que eu tinha que fazer de tudo pra mi enturmá. Entendeu? Tanto com a sociedade, na loja, eu tinha que me abrir, eu tinha que seu uma pessoa mais... entendeu? (Corpus do Projeto Mineirês)

Em (2), o falante indica que ele mesmo julgou necessário se “enturmar” um pouco mais em seu ambiente de trabalho, ou seja, o próprio falante, diante de uma avaliação da realidade, expressa suas crenças e atitudes.

## III - Marcador epistêmico de avaliação subjetiva → uso [+ subjetivo]

Já neste caso, a noção de obrigatoriedade/necessidade não se encontra presente. O que vemos aqui é o caráter avaliativo do discurso do falante diante da realidade que percebe. Observamos, portanto, que este uso é mais subjetivo ainda em relação aos dois usos apresentados anteriormente, uma vez que o falante empregaria a construção *ter que* + V2 para indicar sua avaliação subjetiva acerca da importância da situação envolvida na proposição, baseando-se, desse modo, em evidência subjetiva. Vejamos um exemplo:

- (3) Eu então... eh... eu acho que isso é meio imaturo da parte das empresas, acho isso errado. Tem que estabelecê um limite, senão o pessoal, se você dexá, o pessoal vai chegá... vai ficá um dia sem trabalhá e o outro dia, trabalhá vinte e quatro horas, num é isso, entendeu? (Corpus do Grupo PEUL)

Em (3), o falante emprega a construção *ter que* + V2 para indicar que, na sua opinião, as empresas precisam ser mais rígidas em relação aos funcionários. Portanto, o falante, com base na realidade observada, avalia subjetivamente a situação manifestada na proposição.

Após descrever cada um dos três usos encontrados nos *corpora* sincrônicos analisados, apresentamos abaixo o levantamento de frequência. Como podemos observar, das 380 ocorrências da construção *ter que* + V2 atestadas, apenas 58 representam o marcador deôntico com obrigação instanciada por agente externo. Em segundo lugar no levantamento de frequência, se encontra o uso da construção como marcador deôntico com obrigação instanciada pelo falante para si mesmo. E, com uma nítida representatividade – 57,63% do total –, a construção *ter que* + V2 foi encontrada como marcador epistêmico de avaliação subjetiva. Esse resultado indica que a gramaticalização dos usos [+ subjetivos] está bastante avançada, uma vez que os falantes tendem a empregar, reiteradamente, a construção modal *ter que* + V2 em contextos que envolvem suas crenças e julgamentos pessoais.

	Marcador deôntico com obrigação instanciada por agente externo		Marcador deôntico com obrigação instanciada pelo falante para si mesmo		Marcador epistêmico de avaliação subjetiva		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
<i>Corpus</i> do Projeto “Mineirês	22	18.03%	44	36.07%	56	45.90%	122
<i>Corpus</i> do Grupo PEUL	36	13.95%	59	22.87%	163	63.18%	258
Total	58 15.26%		103 27.11%		219 57.63%		380

Tabela 2 – Levantamento dos usos da construção modal “ter que + V2” nos *corpora* sincrônicos

A fim de comprovar como o *cline* de mudança [- subjetivo] > [+ subjetivo] estaria presente na gramaticalização da construção *ter que + V2*, apresentamos, a seguir, os resultados obtidos na análise dos *corpora* diacrônicos que foram analisados.

	Marcador deôntico com obrigação instanciada por agente externo		Marcador deôntico com obrigação instanciada pelo falante para si mesmo		Marcador epistêmico de avaliação subjetiva		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Século XIII	0	0	0	0	0	0	0
Século XIV	2	100%	0	0	0	0	2
Século XV	3	42.86%	0	0	4	57.14%	7
Século XVI	0	0	0	0	1	100%	1
Século XVII	3	16.67%	13	72.22%	2	11.11%	18
Século XVIII	1	9.09%	7	63.64%	3	27.27%	11
Século XIX	1	20%	0	0	4	80%	5
Total	10 22.73%		20 45.45%		14 31.82%		44

Tabela 3 – Levantamento dos usos da construção modal “ter que + V2” nos *corpora* diacrônicos

É importante ressaltar aqui que o *corpus* diacrônico analisado é apenas um recorte bastante parcial do uso da língua nos séculos anteriores. Portanto, temos consciência de que a análise diacrônica realizada não pode trazer conclusões definitivas acerca das construções estudadas neste trabalho. A nossa intenção é somente buscar, no passado, indícios que possam esclarecer, um pouco mais, os usos sincrônicos que foram atestados. Curiosamente, no século XIV, já encontramos 04 ocorrências da construção como marcador epistêmico de avaliação subjetiva. Já em relação ao uso da construção *ter que + V2* como marcador deôntico com obrigação instanciada pelo falante para si mesmo, as primeiras ocorrências foram encontradas apenas no século XVII. Como dissemos anteriormente, estes resultados não são conclusivos, e servem apenas para comprovar que os usos mais subjetivos da construção modal analisada não teriam sido instanciados tardiamente na língua.

## A gramaticalização da construção modal *dever* + V2

Em relação à construção modal *dever* + V2, foram identificados quatro diferentes usos nos *corpora* sincrônicos, os quais intitulamos aqui de: a) marcador deôntico com obrigação instanciada por agente externo; b) marcador deôntico com obrigação instanciada pelo falante para si mesmo; c) marcador epistêmico de avaliação subjetiva; d) marcador epistêmico de suposição. A seguir, descreveremos e exemplificaremos cada um desses usos:

### I - Marcador deôntico com obrigação instanciada por agente externo → uso [- subjetivo]

Assim como ocorre com a construção *ter que* + V2, a construção *dever* + V2 também apresenta valor deôntico e é empregada pelo falante para sinalizar uma obrigação instanciada por um agente externo. Também aqui, em comparação com os demais usos apresentados abaixo, haveria um caráter [- subjetivo]. Vejamos um exemplo:

- (4) “a Zulmira num pode mais fazer isso, você deve terminá, eu já disse.” – aí eu respondo :  
“a Zulmira faz porque ela quer... porque eu já disse à Zulmira que ela era a melhor tesoureira e que ela ficaria só como tesoureira... porque na festa do fim do ano ...  
(Corpus do Grupo PEUL)

Em (4), o falante está reportando uma situação que teria ocorrido no passado. Através do discurso direto, ele indica uma obrigação que teria sido instanciada por um agente externo para uma pessoa cujo nome é Zulmira. Ou seja, através da construção modal *dever* + V2, o falante destaca que seria obrigação de Zulmira fazer aquilo que lhe está sendo solicitado.

### II - Marcador deôntico com obrigação instanciada pelo falante para si mesmo → uso [+ subjetivo]

Também aqui este uso seria [+ subjetivo] em relação ao anterior, uma vez que o próprio falante julga, com base em suas crenças pessoais, aquilo que considera ser ou não sua obrigação. O exemplo (5) ilustra esse uso:

- (5) A filha do meu primo me chama de tio, né? Tem dezessete, dezoito anos, “Por que tio Vasquinho?” Falei: “Porque eu não participei da... do presente, então eu acho que não devo assinar.” “Ah, mas não tem nada a ver!” Eu falei: “Tem sim, eu não vou assiná.”  
(Corpus do Grupo PEUL)

Neste enunciado, o falante emprega a construção modal *dever* + V2 com a intenção de sinalizar, com base em sua percepção da realidade, que não seria sua obrigação assinar algo que lhe foi exigido por outrem.

### III - Marcador epistêmico de avaliação subjetiva → uso [+ subjetivo]

Este uso da construção modal *dever* + V2 – assim como ocorre com a construção *ter que* + V2 – apresenta a avaliação subjetiva que o falante realiza em relação ao conteúdo proposicional. Este uso seria também [+ subjetivo], uma vez que se baseia nas crenças e atitudes do falante acerca da realidade. Observemos como a avaliação subjetiva do falante se encontra claramente expressa no enunciado (6):

- (6) Acho que a NP fez muito bem, que ela mostrô ser uma filha de Arceburgo de verdade, por que se todas as pessoas que forem embora, que ainda vivem com seus setenta, setenta e cinco, oitenta anos, que possa se lembrar. Que possa fazer alguma coisa pra cidade, devia fazer. (*Corpus* do Projeto Mineirês)

Neste exemplo, fica claro que o falante avalia subjetivamente a realidade. Ao empregar a construção modal *dever* + V2, ele expressa a opinião de que os moradores da cidade de Arceburgo, sempre que possível e mesmo tendo se mudado, devem fazer algo para melhorar o município. Temos, portanto, aqui um julgamento bastante particular e pessoal que é emitido pelo falante em uma situação de interação.

#### IV - Marcador epistêmico de suposição → uso [+ intersubjetivo]

Neste caso, os falantes empregariam a construção modal *dever* + V2 com a intenção de não se comprometerem com a verdade daquilo que está sendo dito e protegerem sua face diante do(s) interlocutor(es): em vez de afirmar categoricamente determinada informação, o falante opta por apresentá-la como uma suposição, que é passível, portanto, de confirmação ou não. Vejamos um exemplo deste uso:

- (7) E já estava mais ou menos com catorze quinze anos. A NP deve ter onze meses menos que eu. Então a gente ficava sempre juntas. (*Corpus* do Projeto Mineirês)

Em (7), o falante, em vez de afirmar a idade que NP possui, opta por tratar a informação como uma suposição. Desse modo, visando a proteger sua face diante de seus interlocutores e, conseqüentemente, a manter a imagem social que detém, o falante projeta a informação no campo da incerteza.

Também aqui, após descrever cada um dos usos encontrados nos *corpora* sincrônicos analisados, apresentamos o levantamento de frequência. Como podemos verificar abaixo, o uso da construção *dever* + V2 como marcador epistêmico de suposição é o que apresenta maior número de ocorrências – 54 ocorrências das 102 que foram atestadas no total. Esse resultado aponta que o uso [+ intersubjetivo] da construção modal em questão já se encontra em avançado processo de gramaticalização. O uso da construção como marcador epistêmico de avaliação subjetiva, que seria [+ subjetivo], também apresentou uma alta frequência, já que foram atestadas 39 ocorrências. Já para os usos como marcador deôntico com obrigação instanciada pelo falante para si mesmo e marcador deôntico com obrigação instanciada por agente externo foram encontradas, respectivamente, 06 e 03 ocorrências.

	Marcador deôntico com obrigação instanciada por agente externo		Marcador deôntico com obrigação instanciada pelo falante para si mesmo		Marcador epistêmico de avaliação subjetiva		Marcador epistêmico de suposição		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
<i>Corpus</i> do Projeto “Mineirês	0	0	0	0	19	48.72 %	20	51.28%	39
<i>Corpus</i> do Grupo PEUL	3	4.76%	6	9.52%	20	31.75 %	34	53.97%	63
Total									

	3 2.94%	6 5.88%	39 38.24%	54 52.94%	102
--	------------	------------	--------------	--------------	-----

Tabela 4 – Levantamento dos usos da construção modal “dever + V2” nos *corpora* sincrônicos

Com a intenção de comprovar que o *cline* de mudança [- subjetivo] > [+ (inter)subjetivo] estaria presente na gramaticalização da construção *dever* + V2, apresentamos, a seguir, os resultados obtidos na análise dos *corpora* diacrônicos.

	Marcador deônico com obrigação instanciada por agente externo		Marcador deônico com obrigação instanciada pelo falante para si mesmo		Marcador epistêmico de avaliação subjetiva		Marcador epistêmico de suposição		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Século XIII	385	100%	0	0	0	0	0	0	385
Século XIV	519	100%	0	0	0	0	0	0	519
Século XV	577	100%	0	0	0	0	0	0	577
Século XVI	111	100%	0	0	0	0	0	0	111
Século XVII	191	100%	0	0	0	0	0	0	191
Século XVIII	477	85.79%	4	0.72%	75	13.49%	0	0	556
Século XIX	50	36.23%	13	9.42%	73	52.90%	2	1.45%	138
Total	2310	93.26%	17	0.69%	148	5.97%	2	0.08%	2477

Tabela 5 – Levantamento dos usos da construção modal “dever + V2” nos *corpora* diacrônicos

Os resultados encontrados revelam que o uso da construção modal *dever* + V2 como marcador epistêmico de suposição – embora em avançado processo de gramaticalização – seria recente, uma vez que as primeiras ocorrências foram atestadas somente a partir do século XIX. Também seriam recentes os usos da construção como marcador epistêmico de avaliação subjetiva e marcador deônico com obrigação instanciada pelo falante para si mesmo, uma vez que não foram encontradas ocorrências antes do século XVIII. Por outro lado, o uso menos subjetivo da construção modal *dever* + V2 seria bastante antigo, visto que foram encontradas 385 ocorrências já no século XIII. Conforme já apontado anteriormente, é fundamental destacar que o *corpus* diacrônico analisado é somente um recorte bastante parcial do uso da língua no passado. Entretanto, no caso da construção *dever* + V2, os resultados se mostraram bastante conclusivos, permitindo atestar o *cline* de mudança [- subjetivo] > [+ subjetivo] > [+ intersubjetivo] no processo de gramaticalização.

### Considerações finais

O presente trabalho buscou analisar a gramaticalização das construções modais *ter que* + V2 e *dever* + V2 na língua portuguesa, procurando verificar se revelariam o *cline* de mudança [- subjetivo] > [+ subjetivo] > [+ intersubjetivo]. Como pudemos observar em relação à construção *ter que* + V2, houve o desenvolvimento de usos mais subjetivos e epistêmicos a partir de um uso menos subjetivo, caracterizado pela obrigatoriedade instanciada por um agente externo. Já no processo de mudança da construção *dever* + V2, chegou-se também a um uso [+ intersubjetivo]. Portanto, conforme verificamos, os significados modais, que inicialmente estariam relacionados a um valor deôntico, caminhariam em uma direção crescente de orientação para os falantes, passando a expressar sentidos relacionados a um valor epistêmico.

Com base na análise empreendida neste trabalho, esperamos contribuir para demonstrar que a gramaticalização, quando concebida a partir da perspectiva da (inter)subjetivização, permite explicar como novas construções emergem a partir da perspectiva que têm os falantes de codificar suas crenças e atitudes durante o processo de interação (TRAUGOTT, 1995, 2010; TRAUGOTT E DASHER, 2005). Também assumiu um papel importante neste trabalho a perspectiva da “gramaticalização de construções”. Quando consideramos que a gramaticalização envolveria a mudança construção > gramática, partimos do princípio de é a construção inteira, e não apenas o significado lexical de um item, que é precursor do sentido gramatical.

(INTER)SUBJECTIFICATION IN THE DOMAIN OF MODALITY: THE PROCESS OF GRAMMATICALIZATION OF THE MODAL CONSTRUCTIONS ‘TER QUE + V2’ E ‘DEVER + V2’

**ABSTRACT:** *This work intends to analyse the grammaticalization of the modal constructions ter que + V2 and dever + V2, seeking to determine how they reveal a process of semantic-pragmatic expansion, in which we observe the emergence of epistemic meanings from an initial deontic meaning. In this work, we assume grammaticalization as a process of (inter)subjectification since we are based on a model of language change that can explain how speakers interact, constructing their arguments and demonstrating their evaluation of the statements that they produce (TRAUGOTT, 1995, 2010; TRAUGOTT E DASHER, 2005). We are also based on the perspective of grammaticalization of constructions (TRAUGOTT, 2003, 2009), since we consider that grammaticalization involves the following change: construction > grammar. Considering the role of frequency to explain processes of grammaticalization (VITRAL, 2006; BYBEE, 2003), we developed a panchronic analysis that considered corpora between the 13<sup>th</sup> century and the contemporary Portuguese language. As we could observe in the case of the construction ter que + V2, some subjective usages were developed from a less subjective usage. And in the case of the construction dever + V2, we also found a [+ intersubjective] usage.*

**KEYWORDS:** *Grammaticalization; (Inter)subjectification; Grammaticalization of constructions; Modalization.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: BRIAN, J. & JANDA, R. D. (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
- CROFT, W. *Radical construction grammar*. Syntactic theory in typological perspective. New York: Oxford University Press, 2001.
- CROFT, W. & CRUSE, A. D. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- FINEGAN, E. Subjectivity and Subjectification. In: DIETER, S. & WRIGHT, S. (eds.) *Subjectivity and Subjectivization: Linguistic Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- GOFFMAN, E. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: Tiempo Contemporâneo, 1970.

- GOLDBERG, A. E. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HAIMAN, J. Ritualization and the development of language. In: PAGLIUCA, W. (ed.) *Perspectives on Grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1994.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: the University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P. J. & TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 2ª ed. . São Paulo: Cortez, 1987.
- MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1948 [1912].
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- TRAUGOTT, E. C. Subjectification in grammaticalisation. In: DIETER, S. & WRIGHT, S. (eds.) *Subjectivity and Subjectivization: Linguistic Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. Constructions in grammaticalization. In: BRIAN, J. & JANDA, R. D. (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
- \_\_\_\_\_. Grammaticalization and Construction Grammar. In: CASTILHO, A. T. (org) *História do Português Paulista*. Vol. 1. Campinas: Unicamp/Publicações IEL, 2009.
- \_\_\_\_\_. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K. et al. *Subjectification, Intersubjectification and grammaticalization*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010.
- TRAUGOTT, E. C. & DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- VITRAL, L. O papel da frequência na identificação de processos de gramaticalização. *Scripta*, vol. 9, n. 18, Belo Horizonte, 2006.